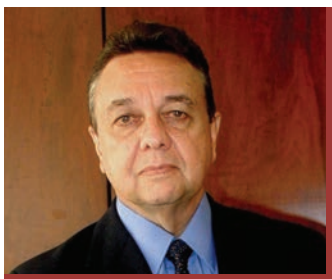


Diário de bordo

Ibovespa e mercado interno



Roberto Rodrigues*

O PRIMEIRO semestre do ano passado foi desastroso para as empresas listadas na Bovespa, o valor das suas ações caiu bastante em consequência da crise financeira global desencadeada no final de 2008. Aliás, as bolsas de valores do mundo todo tiveram o mesmo problema, e muitas delas com quedas mais acentuadas do que a brasileira.

No entanto, a recuperação no segundo semestre foi notável. O Ibovespa, principal índice de ações do Brasil e que mede a variação média do nosso mercado, teve uma valorização, ao longo do ano todo, de 82,6% em reais, e de 145,2% em dólares, tendo sido a maior valorização do mundo. Isso mostra que de fato a crise não afetou nossa economia com a mesma intensidade do ocorrido nos países ricos, e também revela o entusiasmo dos investidores – nacionais e estrangeiros – com nosso desenvolvimento.

Há um dado interessante nesse tema: as ações das empresas ligadas ao agronegócio tiveram valorização média de 165,25% no ano de 2009, mais do que o dobro do Ibovespa. O ganho médio só foi menor que os da construção civil, com aumento de 221,36%, e o do setor eletroeletrônico, com 188,19%, segundo a Economatica.

Vale a pena notar que esses dois setores são predominantemente voltados para o mercado interno, confirmando a melhoria da renda do consumidor bra-

sileiro e o acesso ao mercado de novas e significativas parcelas da população. Isso compensou, ao menos em parte, a redução das exportações, que se deveu exatamente à crise global. Em 2008, exportamos 71,8 bilhões de dólares do agronegócio e em 2009 o valor caiu para 64,8 bilhões, ou 9,8% a menos, embora os volumes tenham sido 7,74% maiores.

Haveria também relação com as empresas do agronegócio? Em outras palavras, os produtores de bens consumidos internamente tiveram valorização maior que os exportados? Aparentemente sim!

As empresas listadas do setor que mais se valorizaram foram: Frigorífico Minerva, com 247%, Fertilizantes Heringer, com 200%, Indústria de Laticínios LAEP, com 207%, Açúcar Guarani, com 173%, Marfrig, com 161% e Brasil Ecodiesel, com 150%.

À exceção da Guarani, cujo produto, o açúcar, teve um espetacular aumento de preço no ano passado em função da queda da produção indiana, abrindo mercados para o Brasil lá fora, praticamente todas as outras empresas são mais voltadas para o mercado interno.

Os setores de leite, fertilizantes e biodiesel são quase inteiramente destinados aos consumidores brasileiros. Já os frigoríficos, exportadores em tempos de bonança, perderam competitividade externa em função do câmbio, e ganharam internamente.

Fica evidente que o mercado interno está puxando para cima a economia agroindustrial brasileira, o que é um ótimo indicador para o futuro, pois com a recuperação do mercado externo é provável que as exportações voltem a crescer este ano. O dólar parou de cair. Isso tudo – mais o mercado interno – muda para melhor o cenário agrícola em 2010. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Reforma do Código Florestal



Cesário Ramalho da Silva*

A COMISSÃO Especial do Código Ambiental Brasileiro da Câmara dos Deputados, incumbida de dar andamento ao projeto de lei (PL) destinado à reforma da atual legislação, está realizando uma série de audiências públicas pelo País, a fim de ouvir os setores envolvidos com o assunto e colher informações e sugestões para a sua elaboração.

Presidida pelo deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) e tendo como relator o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), a comissão vem dando voz a produtores rurais, cientistas, ONGs, governo, representantes de universidades, entre outros públicos diretamente ligados com o tema.

Ex-presidente da Câmara, o deputado Aldo Rebelo é um profundo conhecedor dos problemas brasileiros, conta com respaldo e respeito do presidente Lula e por isso é uma autoridade preparada para dar um parecer técnico, independente e confiável.

De acordo com o cronograma dos trabalhos da comissão, a apreciação da proposta do PL está prevista para março e a votação no plenário da Câmara deve ocorrer em abril.

A Sociedade Rural Brasileira participou do encontro realizado na cidade de Ribeirão Preto (SP) e observa

a realização das audiências públicas como uma iniciativa democrática.

Todavia, observamos *in loco* que alguns segmentos ainda permanecem com uma postura intransigente e radical, com o objetivo de manter uma cortina de ferro ideológica sobre a questão.

A Sociedade Rural Brasileira tem posições claras sobre a legislação florestal brasileira. A entidade defende a existência de políticas públicas com sustentabilidade social, econômica e ambiental, com a participação de toda a sociedade brasileira nas responsabilidades de sua implantação e execução.

Nesse sentido, apresenta, a seguir, uma síntese de propostas para a atualização do Código Florestal:

- A necessidade de abertura de novas áreas só será permitida mediante rigorosos estudos de zoneamento ambiental e econômico;
- Que nas propriedades rurais as atividades sejam conduzidas de forma a conservar os recursos naturais, especialmente a água e o solo, inclusive com reflorestamento;
- Que sejam constituídas as reservas florestais necessárias, preferencialmente em terras impróprias ou marginais para uso agropecuário;
- As reservas florestais são um benefício para toda a sociedade brasileira. Os custos para sua implantação e manutenção devem ser distribuídos por toda a sociedade e não exclusivamente para os produtores rurais, que não têm recursos ou renda para suportar tal encargo;
- Por essas razões, a legislação não deve obrigar que as terras apropriadas para a agropecuária, que estejam sendo utilizadas para esta finalidade de forma sustentável, sejam convertidas para uso florestal. ■

Opinião

Apagão logístico



João Sampaio*

ACADA recorde na safra nacional de grãos, as discussões sobre a iminência de um apagão logístico ressurgem. Sem plano mais objetivo e de longo prazo, com a falta de definição de um modelo de desenvolvimento para a infraestrutura necessária ao campo, continuamos correndo atrás da competitividade. Bom para os nossos concorrentes.

Segundo os levantamentos oficiais a safra 2009/10 de grãos deverá alcançar 143,1 milhões de toneladas, quase 6% maior que a anterior. Só Mato Grosso, referência em produtividade e perda de eficiência fora das porteiras, produzirá 19 milhões de toneladas de soja e 7,5 milhões de milho, entre as primeira e segunda safras. O desafio é armazenar e escoar esse volume com a logística existente atualmente.

O estado de Illinois, no Centro-Oeste dos Estados Unidos, é um dos maiores produtores de milho e soja do mundo, com uma comercialização anual de quase US\$ 9 bilhões. Ao visitar a cooperativa de Dekalb (pequeno município do estado, aquele mesmo da marca de semente de milho), um grupo de brasileiros se viu, primeiramente, orgulhoso com os números. A produtividade do grão na região fica na média de 185 sacas por hectare, a de soja (bem parecida com a nossa) em 55 sacas. Nada assombroso para os padrões brasileiros.

O espanto vem na tabela de custos depois da colheita. Num raio de 50 milhas de Dekalb, o produtor tem cinco opções de escoamento e venda direta do grão, com cinco viagens ao dia num trajeto de uma hora.

Com essas opções, restou a um sojicultor de Primavera do Leste, exclamar

“posso levar até cinco dias para escoar um caminhão até Paranaguá, no estado do Paraná. Aí, não tem competitividade dentro da fazenda que resista a quilômetros de buraco e descaso”.

Na tabela de custos comparativos entre as regiões de Mato Grosso e Illinois, o sojicultor brasileiro gasta com secador e frete mais de dez vezes o dispêndio do produtor médio americano. Se colocarmos ainda os custos de fertilizantes e químicos, nossa conta sobe ainda mais. O insumo e o escoamento são impactados pela logística, e não há margem nem produtor que sobreviva.

A saída está na criação de uma política nacional de infraestrutura e logística para a agricultura, considerando a nossa vocação e competitividade. Não podemos tratar mais a construção de estradas, a ampliação de portos e a expansão da rede ferroviária dissociadamente da produção agrícola. As áreas de expansão e o desenvolvimento agroindustrial das regiões precisam estar contemplados no plano nacional, do contrário parecerá à sociedade que a agricultura está “pedindo” melhores de condições de produção. Não é isso.

O dia em que o produtor de soja do Tocantins conseguir enviar cinco viagens ao dia da sua safra destinada à exportação para a China via Porto de Itaquí, no Maranhão, em vez de transportá-la até Paranaguá ou Santos, a nossa competitividade melhorará consideravelmente. Também devemos trabalhar para que, por exemplo, o Porto de Itaquí faça parte da política nacional de infraestrutura para o agronegócio. Daí, estaremos no encalço dos nossos concorrentes. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo